

FTIGESP NEWS // Gráficos demitidos pressionam Abril para honrar obrigação trabalhista

, 27 Agosto 2018 - 13:50:27

Sessenta dos 350 gráficos desligados sem nada receberem da editora, e correndo risco de nunca receberem devido à manobra da recuperação judicial criada pela empresa, reuniram-se no STIG-SP e decidiram reagir

Mais 500 trabalhadores gráficos, jornalistas e administrativos da Editora Abril foram demitidos no início do mês, já totalizando 800 desde o final de 2017. E, ao invés de pagá-los, como prometeu, a empresa manobrou e entrou em recuperação judicial. Com isso, abrigou-se em uma injusta lei para não pagar imediatamente o FGTS e as verbas rescisórias, nem mesmo ilegalmente de forma parcelada, como havia prometido para os então empregados. E não há segurança de pagamento nem depois, pois basta que venha a decretar falência ao invés de alcançar a recuperação. Contra tudo isso, já a partir desta semana, os gráficos demitidos criam formas diversas de queixas públicas sobre tais desmandos da empresa e também referente à continuidade da Abril no mercado de comunicação do Brasil através desse autoritário e injusto financiamento para empresa às custas dos milhões de reais dos empregados demitidos, ora negados.

Os gráficos decidiram que questionarão até mesmo se os brasileiros podem continuar dando crédito às informadas da Veja ou qualquer outra revista impressa ou digital da Abril, se a editora não cumpre nem o que fala com as pessoas mais próximas, que são os seus trabalhadores? E não estarão sozinhos nesta campanha. Os jornalistas e administrativos demitidos também farão igual. Além de protestos na frente das unidades da Abril, o movimento já conta com o apoio do deputado Vicentinho para nacionalizar a crítica para chegar em Brasília, junto ao Poder Legislativo. A intenção é pressionar de todas as formas a Abril para que ela cumpra com suas obrigações trabalhistas, a começar, pela retirada dos créditos trabalhistas desta recuperação judicial, ou seja, que pague tais dívidas.

Na última semana, reunidos no Sindicato dos Gráficos (STIG) de SP, um grupo de trabalhadores demitidos já formou a comissão da classe, que, a partir dessa semana, passa a se reunir também com as comissões de jornalistas e administrativos demitidos. Uma carta conjunta está sendo elaborada para denunciar a Abril. "O deputado Vicentinho, presente na reunião com os gráficos, garantiu ler a carta na Câmara Federal", fala Leonardo Del Roy, presidente da Federação Paulista dos Gráficos (Ftigesp). Além do político e do sindicalista, os presidentes do STIG, Elisângela Oliveira; do Sindicato do Jornalista, Paulo Zocchi e do Sindicato dos Empregados da Administração de Jornais e Revistas, Domingos Fontana também estavam presentes.

No local, foi repassado a todos que, ao menos, a editora informou que começará a dar baixa na carteira profissional dos demitidos, comunicar as dispensas ao Ministério do Trabalho, coisa que ainda não ocorreram. Prometeu ainda liberar as chaves para o saque do FGTS já depositado e do Seguro-Desemprego. E tais promessas só vieram após o primeiro protesto na frente da empresa este mês. "Contudo, isso não basta. Isto não é o cumprimento da lei, mas algumas formalidades obrigatórias da empresa", critica Del Roy.

O dirigente cobra o pagamento das verbas rescisórias e uma multa por não pagá-las no prazo legal de 10 dias após as demissões. E a multa de 40% do FGTS e dos artigos 467 e 477 da CLT também é obrigatória como define a lei. E, se for o caso, que a Abril cumpra o acordo feito com todos profissionais antes de demiti-los e antes da manobra da recuperação judicial, onde foi prometido que eles receberiam a multa do FGTS e as verbas parceladas em 10 vezes. "Seria o mínimo de que se esperar da empresa cumprir com suas obrigações, respeitando seus empregados que durante muitos anos deram seu sangue em favor da editora e assim propiciaram uma enorme riqueza aos proprietários", diz Del Roy.

Para Leandro Rodrigues, que é secretário-geral da Federação Estadual dos Gráficos, incluir o passivo trabalhista na recuperação judicial é um golpe, mas um em sintonia com o golpe que a classe trabalhadora tem vivido desde que Temer tomou a Presidência do país. "Tal recuperação judicial dificulta o pagamento dos direitos dos trabalhadores, sem que tenham a responsabilidade da gestão da empresa, tampouco com a sua situação", realça o dirigente. Ademais, o golpe dos golpes, o mais perverso, é que com a recuperação aprovada pela justiça, todos os demitidos acabam sendo obrigados a financiarem a Abril, pois, ao invés de receberem seus direitos, a empresa usa esse dinheiro para mantê-la em funcionamento.

A Ftigesp junto com os sindicatos envolvidos continua atento ao caso de modo a exigir da empresa que cumpra os seus compromissos legais com os seus empregados e ex-trabalhadores. A entidade ratifica ainda para a necessidade de ser pagar seus débitos trabalhistas sem o abrigo controverso instrumento da recuperação judicial. "Consideramos injusto e lamentável tudo isso, sobretudo quando vemos a editora continuando a produção das revistas e sem a obrigação de honrar com seus deveres com os seus trabalhadores demitidos. Esperamos justiça", finaliza Del Roy.